

# Crédito direcionado

Falta incentivo para alunos de baixa renda chegarem à educação superior. Em 2006, programas do governo atendiam a pouco mais de 10% dos matriculados, mas novas regras geram expectativa

**P**ara o ensino superior brasileiro alcançar as metas estabelecidas pelo governo federal para 2010 e fazer com que a população com diploma universitário atinja mesmos índices de países desenvolvidos, é ponto pacífico que é necessário investir nas hoje emergentes classes C e D para impulsionar o acesso aos bancos escolares. O problema é como fazer com que as instituições de ensino particulares - que concentram 74% dos universitários - consigam absorver esse público, cuja renda ainda limita investimentos não apenas em mensalidade, mas em material

didático, transporte, alimentação e tudo o que envolve frequentar uma faculdade. Embora o governo ofereça formas de inclusão, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), a fatia de estudantes que se valem desses recursos ainda é muito baixa: apenas 10,7% dos matriculados no ensino superior privado. A saída é procurar bolsas próprias nas faculdades e universidades ou contratar um financiamento estudantil no mercado.

Ao todo, 30,1% dos 3.467.342 matriculados em instituições privadas do país recebiam algum tipo de

bolsa de estudo em 2006, excetuando o ProUni. No ano anterior, o índice era semelhante: 29,9%, ou 975.057 dos matriculados. Os números são do Sistema de Informações do Ensino Superior Particular (Sindata), do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), e levam em consideração desde bolsas estaduais até aquelas concedidas pelas próprias instituições.

Quanto aos alunos que utilizavam algum tipo de financiamento reembolsável, isto é, com obrigatoriedade de pagamento do valor contratado após a conclusão do curso, esse percentual se manteve em 8% tanto em 2005 quanto em 2006, quando esse índice somou 265.539 estudantes. Destes, a maioria (65,2% e 67,2%, respectivamente) fazia parte do Fies, um contingente aproximado de 178,4 mil alunos em 2006. Maior aposta do governo para a inclusão no ensino superior, o ProUni beneficiava 144.476 estudantes em 2006, o que equivale a apenas 4,2% do total. No ano anterior, quando foi lançado, o ProUni atingia metade desse público: 78.211, ou 2,4% do total. Atualmente, segundo o Ministério da Educação, o ProUni atende cerca de 310 mil estudantes e o Fies tem uma carteira de aproximadamente 500 mil contratos ativos.

O secretário da Educação Superior, Ronaldo Mota, acredita que o número de atendimento dos dois programas pode dobrar em três anos, atingindo 1,6 milhão de estudantes. Para alcançar esse objetivo, o Ministério da Educação modificou algumas regras para o Fies, com a publicação da Portaria Normativa

## Trabalho em troca de bolsa

No Estado de São Paulo, o acesso de alunos de baixa renda ao ensino superior nos últimos anos foi em parte incentivado por um programa governamental que garante 100% do financiamento aos universitários em troca de trabalho nos fins de semana em escolas estaduais de ensino médio e fundamental. O programa Escola da Família, que teve início em 2003, atende universitários provenientes do ensino médio público com subsídio de 50% do valor da mensalidade (respeitando teto de R\$ 267). O valor restante é abatido pela instituição de ensino. Em contrapartida, os alunos atuam como

monitores para atividades voltadas à comunidade nas áreas esportiva, cultural, de saúde e de trabalho, como atividades de música, ações de prevenção em saúde, cursos de informática e idiomas e aulas de cerâmica e pintura.

Apesar da iniciativa, o programa ainda tem abrangência restrita. Neste ano, o governo de São Paulo abriu 10 mil vagas para o Escola da Família, que hoje atende cerca de 11 mil universitários, número que representa apenas 2,3% dos matriculados em instituições particulares paulistas. Até agora, 17 mil pessoas passaram pelo programa.

## PERFIL DO FINANCIAMENTO

|   | 2005            | 2006              |
|---|-----------------|-------------------|
| Número de alunos matriculados no ensino superior privado no Brasil* | 3.260.967       | 3.467.342         |
| Com financiamento reembolsável*                                     | 262.602 (8%)    | 265.539 (8%)      |
| Com bolsa de estudo*  | 975.057 (29,9%) | 1.044.783 (30,1%) |
| Matriculados pelo ProUni  | 78.211 (2,4%)   | 144.476 (4,2%)    |

\* Não inclui o ProUni

Fonte: Sindata - Semesp

nº 2, em 1º de abril. Quem já faz parte do ProUní poderá pleitear crédito do Fies, chegando a 100% de financiamento do valor total da mensalidade. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) também servirá de parâmetro para a concessão de bolsas: os cursos com notas abaixo de 3 serão excluídos do programa, ao passo que alunos de cursos com notas 4 e 5 e já beneficiários de bolsas complementares poderão requerer a integralidade do financiamento. Os matriculados em cursos prioritários (licenciaturas em química, física, matemática e biologia; graduações em engenharia, medicina e geologia; e cursos superiores de tecnologia) também podem chegar a 100% de crédito incluindo bolsas complementares e a 75% dos encargos totais somente pelo Fies.

**A**s novas regras do Fies indicam uma política educacional direcionada do Ministério, com vistas ao fortalecimento da educação básica e à formação de profissionais para áreas estratégicas. Ao mesmo tempo, passam a incluir o maior volume de potenciais universitários: as classes C e D. Conforme a revista **Ensino Superior** publicou em janeiro, cálculos da empresa Ideal Invest, que oferece linhas de crédito estudantil, apontam que 4,5 milhões de pessoas desejam um diploma, mas não têm con-

dições de cumprir com as mensalidades, enquanto 1,5 milhão de estudantes estão inadimplentes. No total, a população "desamparada" pelo financiamento poderia chegar a 6 milhões - volume que poderia dobrar os números de acesso ao ensino superior caso fosse atendido por algum programa.

"Essa é uma política inteligente. O acesso à educação formal é importantíssimo para um país, mas não adianta pensar só em formar, temos de pensar se vai ter emprego para esse aluno quando ele se formar, se ele vai conseguir pagar o financiamento", aponta Fábio Gallo, professor de finanças da PUC-SP e da Fundação Getulio Vargas (FGV). Na prática, ele reconhece que o financiamento público é o maior atrativo para a população de baixa renda que deseja entrar no ensino superior. "Excetuando algumas boas fundações, os bancos ainda não sabem dialogar (com os potenciais universitários) e tratam o crédito universitário como um crédito comum", diz.

De fato, atingir as famílias com renda inferior a três salários mínimos foi o que impulsionou o ensino superior brasileiro nesta década. Segundo dados do Semesp, no Brasil, a curva ascendente de matrículas desde 2001, acompanha a curva do aumento de matriculados das classes C, D e E. No mesmo período, o número de alunos das classes A e B registrou queda.

Para comprovar a existência de uma "grande demanda latente", o estudo *Análise setorial do ensino superior privado no Brasil- Tendências e perspectivas 2005-2010*, realizado em 2005 pela CM Consultoria, Ideal Invest e Hoper Educacional, revela que nas famílias com renda superior a cinco salários mínimos o percentual de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior ultrapassa 50%, mesmo índice de países desenvolvidos. Por outro lado, nas famílias com renda até três salários mínimos - 90% da população brasileira de então - o índice de acesso na mesma faixa etária cai para 12%. Diante desses números, o estudo conclui que somente se forem encontradas políticas de financiamento públicas ou privadas, que garantam "aporte maciço" de alunos de baixa renda, haverá possibilidade de crescimento semelhante aos anos anteriores.

Para o professor Gallo, o financiamento estudantil de origem pública tem um outro papel, muitas vezes relegado a segundo plano quando se discute o tema da qualidade do ensino. "O governo tem de apertar o cerco em relação à qualidade e fornecer bolsas para que as instituições possam praticar preços adequados aos seus custos. Por enquanto, há apenas um pequeno pelotão de instituições com soluções próprias, equilibrando qualidade e mensalidade e mantendo os alunos dentro das salas", afirma. **(G.J.)** ●